

1 **ATA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS**
2 **HÍDRICOS – CEHIDRO.**

3 Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às 08h15min, por
4 videoconferência, através do Sistema Zoom, ocorreu a 85ª Reunião Ordinária do Conselho
5 Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: 1. Conferência de
6 quórum; 2. Aprovação da Ata da 84ª Reunião Ordinária; 3. Apresentação do Relatório Anual
7 de Certificação do Alcance das Metas do PROCOMITÊS; 4. Aprovação da Minuta de
8 Resolução nº 127 - Aprovação Metas PROCOMITÊS; 6. Se aprovado o RI – CBH Alto
9 Paraguai Superior, deliberar acerca da Minuta de Resolução nº XX – que institui o CBH Alto
10 Paraguai Superior; 7. Deliberar acerca da Resolução nº 91, de 13 de abril de 2017: a)
11 Notificação Recomendatória nº 002/2020 – 15ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa do
12 Meio Ambiente Natural da Capital; b) Parecer Técnico CCRH. 8. Informes. Se faz
13 necessário destacar que, conforme calendário de reuniões para o ano de 2020, aprovado
14 por meio da Resolução nº 118, de 07 de novembro de 2019, a 85ª Reunião Ordinária do
15 CEHIDRO era para ter ocorrido em 14 de maio de 2020. No entanto, a mesma fora
16 suspensa em razão da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Desse modo, houve
17 alteração no calendário anual de reuniões ordinárias deste Conselho, de maneira que a 86ª
18 Reunião Ordinária será realizada em 10 de setembro de 2020 e, a 87ª Reunião Ordinária
19 ocorrerá em 12 de novembro de 2020. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do
20 CEHIDRO, Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, assessorado pela Sra. Danielly Guia da
21 Silva, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra.
22 Lorena Moreira Nicochelli, representante da **SEMA**; Sra. Leticia Auxiliadora da Silva Dionel,
23 representante da **SINFRA**; Sr. Edson Martins da Silva, representante da **SEPLAG**; Srs.
24 Walter Valverde Junior e Carlos Izaltino Bolzan, representantes da **SEDEC**; Sr. Augusto
25 Cesar da Costa Castilho, representante do **IBAMA**; Srs. Ibraim Fantin da Cruz e Jhonatan
26 Barbosa da Silva, representantes da **UFMT**; Sr. Ernandes Sobreira Oliveira Junior,
27 representante da **UNEMAT**; Sra. Rosidelma Francisca Guimarães Santos, representante
28 do **CREA**; Sras. Sara Suely Attilio Caporossi e Suzan Lannes de Andrade, representantes
29 da **ABES**; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da **ABAS**; Sr. Kaio César Dias Bueno,
30 representante da **AMM**; Sra. Laura Garcia Venturi Rutz, representante da **FAMATO**; Sr.
31 Álvaro Fernando Cícero Leite e Sra. Monicke Sant'Anna P. de Arruda, representantes da
32 **FIEMT**; Sr. Marcelus Mesquita, representante do **SINDENERGIA/MT**; Sra. Alessandra
33 Panizi Souza, representante da **OAB**; Sra. Ingrid Leite de Oliveira, representante dos **CBH**;
34 Sra. Inês Martins de Oliveira Alves, representante da **ÁGUAS CUIABÁ**; Sra. Simoni Maria

35 Loverde Oliveira, representante do **Instituto Caracol**; Sra. Adryeli Aparecida da Costa
36 Miranda, representante da **APROFIR** e; Sra. Patrícia D'Oliveira Marques, representante da
37 **AQUAMAT**. A Reunião foi aberta pelo Sr. Noquelli, que lembrou a todos que a reunião está
38 sendo gravada e transmitida ao vivo na página da Sema MT, no YouTube. Após a
39 conferência de quórum, passou-se ao segundo item da pauta. A Sra. Ingrid Leite,
40 representante do CBH, pediu para que constasse sua presença da Ata da 84ª Reunião
41 Ordinária do CEHIDRO. O Sr. Noquelli informou que provavelmente a mesma não tenha
42 assinado o livro de presença e por este motivo sua presença não foi registrada na Ata,
43 porém, a Secretaria Executiva fará a verificação. Por fim, não havendo nenhuma alteração
44 a Ata da 84ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Sr. Noquelli
45 informa que a Secretaria Executiva tem duas propostas de inclusão de pauta, quais sejam,
46 Resolução que dispõe acerca da realização de reuniões do CEHIDRO, por
47 videoconferência, e; Moção acerca da prorrogação de mandato das diretorias dos Comitês
48 de Bacia Hidrográfica, pelo prazo de 1 (um) ano, em razão da pandemia do novo
49 coronavírus. Sem nenhuma objeção, foram incluídas na pauta a referida resolução e
50 moção. Posta em votação a Resolução que dispõe acerca da realização de reuniões do
51 CEHIDRO, por videoconferência, em caráter excepcional enquanto durar a pandemia do
52 novo coronavírus. Fora está aprovada pela maioria absoluta dos membros presentes, sem
53 nenhuma alteração. Após, fora aberta a votação da Moção acerca da prorrogação de
54 mandato das diretorias dos Comitês de Bacia Hidrográfica, pelo prazo de 01 (um) ano, em
55 razão da pandemia do novo coronavírus. O Sr. Noquelli explica que esta proposta fora
56 elaborada em forma de moção, porque os Comitês de Bacias Hidrográficas instituídos em
57 Mato Grosso possuem autonomia para decidir acerca de seus processos eleitorais. No
58 entanto, a decisão de prorrogação pelo prazo de 01 (um) ano foi adotado em todos os CBH
59 federais o que nos leva a sugerir aos CBH instituídos no Estado a adoção desta medida.
60 Posta em votação, a moção fora aprovada por maioria absoluta, sem nenhuma alteração.
61 Na sequência, se deu início a apresentação do Relatório Anual de Certificação do Alcance
62 das Metas do PROCOMITÊS, pelo Sr. Leandro Obadowiski Bruno, Gerente de Fomento e
63 Apoio a Comitês de Bacias Hidrográficas da SEMA. Iniciou contextualizando os
64 Conselheiros acerca do que se trata o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês
65 de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, da Agência Nacional de Águas – ANA,
66 esclarecendo que o maior objetivo desse programa é o fortalecimento dos Comitês de
67 Bacias Hidrográficas, por meio de ações de aperfeiçoamento da capacidade operacional e
68 consiste em transferência de recursos conforme o cumprimento de metas acordadas, em

69 um horizonte de 5 anos. Estando a Sema a frente desse programa coordenando todas as
70 ações, dando suporte técnico e operacional as ações dos CBH, participando das reuniões,
71 organizando e ministrando cursos de capacitação. Enquanto uma Organização da
72 Sociedade Civil – OSCIP, mais precisamente o Centro de Pesquisa do Pantanal – CPP, faz
73 a gestão administrativa dos CBH, atendendo as demandas destes que contempla as
74 despesas de diárias, passagens, custeio, mobilização social, contratação de serviço de
75 pessoas jurídicas, compra de material. Sendo essa cooperação regida pelo Termo de
76 Colaboração nº 1486/2018/SEMA/MT, por meio do chamamento público nº 01/2018, tendo
77 como base legal, a Lei Federal nº 13.019/2014. No ano de 2018, primeiro ano de execução
78 desse programa em Mato Grosso, o Estado recebeu o importe de R\$ 500.000,00
79 (quinhentos mil reais). Em 2019, foi realizada a certificação de cumprimento de metas
80 referente ao ano de 2018, e naquela oportunidade o Estado, através dos CBH, atingiu 80%
81 das metas, o que resultou no repasse de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), uma vez
82 que o recebimento do recurso é proporcional ao atingimento das metas. Agora, nós
83 estamos do terceiro ano de certificação deste programa, referente a certificação de 2020 e
84 das ações realizadas no ano de 2019. Para o ano de 2019, os CBH buscaram o
85 reconhecimento das metas previstas para o período, procuraram identificar as fragilidades
86 apontadas na Certificação do ano de 2018, bem como buscaram a cooperação entre as
87 entidades envolvidas com o programa, ampliando as discussões do PROCOMITÊS entre
88 os Comitês, CEHIDRO, CPP e SEMA e, também o acompanhamento das ações
89 desenvolvidas pelos Comitês no decorrer do ano de 2019. Explicou aos Conselheiros quais
90 são as metas a serem alcançadas pelos CBH, bem como qual o percentual alcançado pelos
91 Comitês: 01. Funcionamento – registro das ações decorrentes da atuação dos Comitês,
92 tendo como atividades: a publicação das atas e resoluções, mandatos e processos
93 eleitorais, quórum necessário para as reuniões, convocação de reuniões, respeitando-se
94 os prazos estabelecidos em Regimento Interno. Tendo os Comitês alcançado 97% dessa
95 meta, em razão da falta de documentação comprobatória, como por exemplo, a ausência
96 de comprovação acerca da convocação de reuniões do CBH Jauru e também do seu
97 processo eleitoral. Outrossim, algumas pequenas perdas ocorreram pelo não atingimento
98 do quórum regimental de outros comitês, como o CBH Cuiabá e Baixo Teles Pires; 02.
99 Capacitação – ações em favor da capacitação dos membros dos Comitês, tendo como
100 atividades: a elaboração do Plano de Capacitação, a realização de cursos de capacitação
101 para novos membros, oficinas formativas ministradas pela SEMA e pelos próprios membros
102 de Comitês e entidades parceiras e, a participação no XXI Encob. Nesse quesito, os

103 Comitês alcançaram 98% das metas; 03. Comunicação – metas relacionadas com a
104 implementação das ações de comunicação. Tendo como atividades: a elaboração do Plano
105 de Comunicação, a atualização dos sites dos Comitês, a produção de material gráfico e
106 camisetas, a inclusão das informações no Portal SEMA. Os CBH alcançaram 100% das
107 metas desse componente; 04. Cadastro – inclusão da documentação nas plataformas
108 informatizadas. Tendo como atividades: a inserção dos dados referentes aos membros dos
109 CBHs, atuação e instrumentos de gestão, no Portal Doc-CBH e na plataforma CINCO,
110 ambas plataformas da ANA. Tendo atingido 100% das metas desse componente; 05.
111 Instrumentos – implementação dos instrumentos de gestão sob a governabilidade dos
112 comitês de bacias. Tendo como atividades: a atuação dos Comitês Sepotuba e Cabaçal na
113 elaboração do plano de Bacias das UPGs P2P3, salientando que no ano de 2019 foram
114 realizadas as reuniões públicas e oficinas, das quais houve pouca participação efetiva dos
115 membros destes CBH, porém a título de certificação houve a participação desse Comitês.
116 O monitoramento quali-quantitativo da água na bacia, realizado por alguns comitês, como
117 ações do CBH Sepotuba, do Alto Teles Pires Margem Direita, que implementou um projeto
118 de monitoramento para a bacia do rio Preto. A aprovação do termo de referência para a
119 elaboração do plano de bacias, como foi o caso do rio Cuiabá e enquadramento dos corpos
120 d'água, no caso do CBH São Lourenço, além de mobilização da sociedade, fortalecimento
121 institucional e ações pautadas em educação ambiental e recursos hídricos, por diversos
122 Comitês, como Alto Araguaia e Médio Teles Pires. Tendo alcançado 97% das metas nesse
123 quesito; 06. Acompanhamento – avaliação e certificação do processo. Tendo como
124 atividades: reuniões setoriais, para tratar de projetos específicos dos CBH. No ano de 2019,
125 tivemos a primeira edição do Fórum Estadual de Comitês de Bacia realizada no XXI Encob,
126 em Foz do Iguaçu – PR, na qual foram discutidas pautas importantes sobre os Comitês.
127 Realizou-se também reunião entre SEMA, CPP e CBH, para discutir a execução financeira
128 dos CBH. E também a reunião da Câmara Técnica de Gestão Participativa do CEHIDRO,
129 para tratar do andamento do Procomitês no ano de 2019. Tendo atingido 100% das metas
130 desse componente. As atividades no ano de 2019, foram custeadas pelos recursos do
131 PROCOMITÊS, sendo utilizados o montante de R\$ 212.565,43 (duzentos e doze mil,
132 quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos). Sendo esse valor aplicado
133 em diárias, passagens para participação em cursos, nas próprias reuniões dos Comitês,
134 em serviços de pessoas jurídicas, na contratação de empresas, na contratação de bolsistas,
135 para auxiliar esses CBH, no *coffe break* para as reuniões, despesas administrativas do CPP
136 e também despesas bancárias. Em todo processo foi gerado a síntese do cumprimento das



137 metas por cada CBH, o que foi apresentado aos Conselheiros. Destacando que apesar de
138 alguns Comitês não alcançarem 100% das metas, chegaram próximo desse resultado, o
139 que foi considerado pelo Sr. Leandro um ótimo resultado. Finda a apresentação, o Sr.
140 Noquelli destacou que como é levado em consideração a somatória do cumprimento das
141 metas pelos Comitês de forma geral e não individualmente, o Estado de Mato Grosso
142 cumpriu 100% das metas e por este motivo receberá o montante total do repasse do
143 PROCOMITÊS. Informou aos conselheiros que a ANA comunicou a SEMA que Mato
144 Grosso será o primeiro Estado a estar enviando a Certificação do Cumprimento das Metas,
145 aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Após, fora aberta aos conselheiros
146 para comentários, perguntas, esclarecimentos acerca da apresentação do Relatório Anual
147 de Certificação do Alcance das Metas do PROCOMITÊS. A conselheira Alessandra Panizi,
148 representante da OAB, perguntou se a apresentação fora encaminhada no e-mail dos
149 conselheiros, e se não, seria possível o encaminhamento. O Sr. Noquelli, respondeu que
150 fora encaminhado apenas a minuta de Resolução nº 127, que dispõe acerca da Certificação
151 do Alcance das Metas do PROCOMITÊS, porém, a apresentação será encaminhada pela
152 Secretaria Executiva, conforme solicitado. O Sr. José Roberto, representante da ABAS,
153 destacou que há bastante recurso em caixa, ao mesmo parece que sim, e existe uma
154 dificuldade muito grande hoje na SEMA com relação a liberação de cadastro dos poços
155 artesianos a serem perfurados no Estado, perguntou se há previsão para se resolver essa
156 situação, porque hoje existe um banco de dados fechado na SEMA sobre os poços que
157 foram outorgados e a gente não percebe nenhum estudo relativo aos aquíferos, a questão
158 da contaminação, a questão de entendimento de alguns aquíferos para liberações futuras
159 de outorgas. Se há previsão nesse sentido, nas metas dos Comitês, já que recurso há
160 bastante aí me parece. O Sr. Leandro, respondeu que os CBH do Alto Teles Pires, do Baixo
161 Teles Pires e do Alto Paraguai já solicitaram para a SEMA os dados de outorga e vem
162 trabalhando com essas informações para que os instrumentos de gestão referentes a
163 informação sobre recursos hídricos sejam incrementados a partir da atuação dos CBH. O
164 Sr. José Roberto, representante da ABAS, então faz uma sugestão, já que essa questão
165 de cadastro está bem atrasada. Se tem recurso, porque não faz um convênio com alguma
166 instituição, que pudesse acelerar esse processo, porque a gente sabe que a SEMA não
167 tem condições, não tem um corpo técnico disponível e adequado para fazer essa análise
168 de todos esses poços outorgados. E existe um mundo de informações disponíveis, mas não
169 existe um tratamento dessas informações. E as coisas estão caminhando muito rápido nas
170 outorgas e sem nenhum embasamento técnico da perfuração de poços. Já que Mato



171 Grosso tem uma condição especial, seria muito importante a gente entender melhor esse
172 comportamento da água subterrânea no Estado. O Sr. Leandro, destaca que a sugestão
173 será considerada e levada aos Comitês para ser trabalhada. O Sr. Augusto Cesar,
174 representante do IBAMA, pede a palavra para fazer uma complementação. Indaga se não
175 seria possível termos a geoespacialização de todos os poços artesianos que tenham sido
176 outorgados pela SEMA. O Sr. Noquelli, responde em nome da SEMA que quanto a
177 sugestão do Sr. José Roberto, já está havendo uma tratativa entre a ANA e a SEMA, para
178 a realização de um estudo hidrogeológico no Estado. No entanto, as tratativas estão
179 paradas em razão da pandemia, uma vez que os técnicos da ANA não estão autorizados a
180 realizar viagens, assim como nós, técnicos da SEMA e, há assuntos que não dá para serem
181 tratados por videoconferência. Sabemos que nós teremos ciência efetiva da disponibilidade
182 de água subterrânea do Estado, após o estudo hidrogeológico. Quanto a sugestão desse
183 estudo ser realizado pelos CBH, não há viabilidade, uma vez que o montante que é
184 repassado aos Comitês é insuficiente para se realizar um estudo dessa proporção. Mas a
185 SEMA já se encontra nessa tratativa junto a ANA. Quanto a sugestão do Sr. Augusto Cesar,
186 sobre a espacialização dos poços, nós temos na SEMA, dentro da estrutura da
187 Superintendência de Recursos Hídricos, uma coordenadoria, chamada de Coordenaria de
188 Ordenamento Hídrico, e ela está organizando sim esse banco de dados onde iremos
189 espacializar por UPG todas as nossas outorgas subterrâneas para que a gente, em um
190 segundo momento, consiga trazer a parte da qualidade da água subterrânea quando a
191 gente emite os boletins de monitoramento dentro da exigência da outorga de água
192 subterrânea. A Sra. Adryeli Aparecida, representante da APROFIR, pede a palavra.
193 Pergunta se esse estudo é aquele estudo conversado na reunião anterior do CEHIDRO. O
194 Sr. Noquelli confirma que sim. A Sra. Adryeli, então pergunta se há uma previsão de
195 prosseguimento das tratativas, se é possível se realizar reuniões online, já que ainda não
196 teve nenhum andamento, por conta do COVID-19. O Sr. Noquelli, responde que ele não
197 tem um posicionamento exato para responder nesse momento, mas que pode buscar junto
198 a ANA um posicionamento e repassar aos conselheiros em um momento oportuno. A Sra.
199 Inês Martins, representante da ÁGUAS CUIABÁ, pede a palavra. Esse estudo é muito
200 importante, até porquanto do momento que estamos vivendo, que a questão do
201 saneamento é uma questão é a mais séria em relação a toda essa questão do COVID-19.
202 Eu acho que era importante a gente criar um monitoramento em cima dos poços já
203 outorgados, principalmente dentro das áreas urbanas. Acho que isso é uma coisa que já
204 poderia ser agilizado, para que possamos ter isso de uma forma mais transparente. Se já



205 existe, que tenha um portal que a gente pudesse acessar para ter mais conhecimento. O
206 Sr. Noquelli respondeu que essas informações estão sendo trabalhadas, porque nós
207 tínhamos no setor de outorga uma demanda muito intensa, e agora nós estamos
208 conseguindo eliminar o nosso passivo e, hoje nós já estamos analisando os processos que
209 estão entrando. Mas logico que existe aqueles mais antigos, em razão da existência de
210 pendências. Mas acreditamos que até o final de julho estaremos redondinhos com relação
211 a águas subterrâneas. Com isso, teremos condições de usar uma parte dos técnicos para
212 fazer esse tipo de análise, de levantamento. E realmente fazer a transparência cada vez
213 mais efetiva, que é o objetivo da SEMA. Com relação a grande problemática com relação
214 a perfuração de poços clandestinos nas áreas urbanas, mais precisamente na cidade de
215 Cuiabá, a ÁGUAS CUIABÁ já encaminharam para a SEMA um levantamento de locais em
216 que vocês sabem que existem poços irregulares. Então a SEMA também está trabalhando
217 essa ida a campo, porém, em função da pandemia fica essa questão se a gente pode ou
218 não ir, há técnicos que estão disponíveis para ir, mas existem outros que não. Então nós
219 vamos fazer uma campanha e, nós estamos reestruturando ou estruturando a
220 coordenadoria de controle de recursos hídricos, onde emite os atos de outorga, para que
221 os técnicos lá lotados tenham a atividade de fiscalização, já que temos essa atribuição. E
222 nós estamos nos capacitando para sermos efetivos na fiscalização. O Sr. Ibraim Fantin,
223 representante da UFMT, pediu a palavra. Disse que a UFMT, no ano passado, assumiu o
224 compromisso de fazer o levantamento dos poços na área urbana de Cuiabá e, para
225 conhecimentos, nós já catalogamos mais de 500 (quinhentos) laudos, mas isso é apenas
226 um terço dos poços na área urbana de Cuiabá. E nós tivemos que parar nossos trabalhos
227 junto a SEMA em razão da limitação de acesso, mas assim que retornar essas atividades
228 nós iremos catalogar e acho que em breve, no início do ano que vem a gente consiga
229 apresentar um diagnóstico quali-quantitativo dentro da na área urbana de Cuiabá relativo a
230 água subterrânea. A Sra. Inês Martins, representante da ÁGUAS CUIABÁ, destaca que a
231 ÁGUAS CUIABÁ se coloca à disposição para ajudar nesse trabalho, e se vocês precisarem
232 a gente pode estar contribuindo. O Sr. Noquelli destaca que a parceria da ÁGUAS CUIABÁ
233 é fundamental, porque vocês conhecem a realidade mais de perto. Sra. Alessandra Panizi,
234 representante da OAB, pede a palavra. Perguntou ao professor Ibraim Fantin, quem está
235 conduzindo o processo de levantamento dos poços na área urbana de Cuiabá. O Sr. Ibraim
236 Fantin, respondeu que o processo está sendo conduzido pela UFMT no programa de pós-
237 graduação em recursos hídricos. A Sra. Alessandra Panizi, representante da OAB, pergunta
238 ao professor Ibraim Fantin se isso não tem nada a ver com o Ministério Público. O Sr. Ibraim



239 Fantin, respondeu que inicialmente foi uma demanda oriunda do Ministério Público, mas
240 devido a mudança de promotoria, na época o processo se extinguiu, não tenho mais ciência
241 dele e a gente continuou devido a problemática existente. E a UFMT assumiu esse
242 compromisso junto a SEMA na época, que autorizou o acesso aos documentos e hoje em
243 dia é um processo científico, não tendo relação com nenhuma demanda do Ministério
244 Público. A Sra. Alessandra Panizi, fala que acha que assim fica mais interessante e
245 pergunta como faz para obter informações desse processo, em que momento isso pode ser
246 público, era bom que o CEHIDRO fizesse um pedido, como que funciona. O Sr. Ibraim
247 Fantin, responde que podem apresentar, mas explica que ainda estão no processo de
248 levantamento das informações. Todos os processos na SEMA estão em meio físico e nós
249 tínhamos alunos lá tirando foto de processo por processo, depois a gente vai para uma
250 equipe que é reduzida, temos dois alunos apenas trabalhando nisso, que vão digitalizar
251 toda essa base de dados. A intenção é que após a finalização, nós vamos confrontar essas
252 características, mapear as inconsistências, o levantamento dos dados, as características.
253 E todas as características hidrogeológicas e de qualidade dos poços na área urbana nós
254 estamos levantando. E a intenção quando nós propomos essa parceria com a SEMA,
255 inclusive depois que a gente tiver com essas informações prontas, é de a gente
256 disponibilizar uma planilha em Excel com todos os dados, uma informação pública, para
257 que eles possam auxiliar na gestão. A Sra. Alessandra Panizi, agradece pela informação.
258 A Sra. Adryeli Aparecida, representante da APROFIR, pede a palavra. Pergunta se existe
259 a possibilidade desse estudo começar pela BR 163. O Sr. Noquelli, responde que a ANA
260 está trabalhando para que esse estudo aconteça no Parecis, mas ainda não deu um norte.
261 Mas eu acho que vai ser a região ali de Lucas, Sorriso, Sinop. Mas não tem certeza, porém
262 assim que souber os conselheiros serão informados. A Sra. Ingrid Leite, representante dos
263 CBH, pede a palavra. Parabeniza a equipe da GFAC, ao Leandro, disse que a apresentação
264 está mostrando que os CBHs estão caminhando num processo de dialogo melhor entre
265 eles, e isso reflete no trabalho desse ano, que já melhorou com relação ao ano anterior, e
266 a tendência é melhorar ainda mais. Acho que tem que ser feito jus a todos os esforços que
267 estão sendo dispendidos. Eu tenho várias questões com relação ao PROCOMITÊS, que
268 gostaria de complementar, mas também de dizer e reconhecer o esforço e o trabalho que
269 vem sendo feito para que os Comitês progridam. O Sr. Noquelli agradece a fala da Sra.
270 Ingrid, disse que é muito importante esse elogio, tendo em vista que o Leandro realmente
271 está se dedicando a isso. Conseguiu organizar toda a parte estrutural, a parte de
272 comunicação, a parte de cobrar realmente a participação dos membros junto ao Comitê.



273 Então, obrigado. É muito importante esse elogio. Fomos parabenizados também pela ANA,
274 por estarmos sendo proativos, tanto no PROCOMITÊS, quanto no PROGESTÃO, que esse
275 próprio Conselho aprovou em março deste ano. Eu agradeço aos Conselheiros por estarem
276 sempre envolvidos nas questões dos programas que estão vinculados a gestão de recursos
277 hídricos no Estado de Mato Grosso. Na sequência, fora posta em análise a aprovação da
278 Minuta de Resolução nº 127 – que aprova as metas do PROCOMITÊS. O Sr. Leandro
279 destaca que será incluído na Resolução o anexo 2, que diz respeito a tabela de atividades
280 dos Comitês demonstrando a execução financeira destes, conforme apresentado
281 anteriormente. O conselheiro José Roberto, representante da ABAS, perguntou ao Leandro
282 se os CBH já possuem um plano de atividades para este ano. O Sr. Leandro respondeu
283 que todos os CBH já aprovaram seu plano de atividades a serem executadas no ano de
284 2020. O conselheiro José Roberto, pergunta se o CEHIDRO pode ter acesso a esses planos
285 de atividades. O Sr. Leandro responde que sim, que pode estar repassando essas
286 informações ao CEHIDRO. O conselheiro José Roberto, agradece e parabeniza o Sr.
287 Leandro pelo trabalho. A conselheira Inês, representante da ÁGUAS CUIABÁ, parabeniza
288 o Sr. Leandro pelo trabalho. Disse que os CBH avançaram bastante, que acha que a
289 resolução está bem detalhada, bem completa dentro das necessidades. Que espera que o
290 ano de 2020, apesar de estar sendo um ano atípico, consigam ter metas realizadas. Após
291 o pronunciamento dos conselheiros, a Minuta de Resolução nº 127 – que aprova as metas
292 do PROCOMITÊS, fora aprovada por maioria absoluta, sem nenhuma alteração. Na
293 sequência, passou-se ao próximo item da pauta, a deliberação acerca da Minuta de
294 Regimento Interno do CBH Alto Paraguai Superior, que foi elaborada pela Comissão Pré-
295 Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai Superior – UPG P3, empossada através da
296 Resolução nº 116 de 12 de setembro de 2019. O Sr. Leandro, como presidente da Câmara
297 Técnica de Gestão Participativa – CTGPar, apresentou ao Pleno relatório emitido pela
298 CTGPar, após análise da Minuta de Regimento Interno do CBH Alto Paraguai Superior.
299 Destacou que os membros presentes da CTGPar se manifestaram favoráveis a Minuta de
300 Regimento Interno, com apenas algumas sugestões de adequação dos artigos 2º e 5º, a
301 nova lei de Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei nº 11.088, de 09 de março de 2020.
302 Finda a apresentação, não houve nenhum questionamento, passando-se a análise da
303 minuta de Resolução que institui o Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai Superior
304 – CBH Alto Paraguai Superior. Colocada para votação, a minuta de Resolução que institui
305 o Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai Superior fora aprovada por maioria
306 absoluta, sem nenhuma alteração. Em seguida, passou-se ao item 7 da pauta, deliberar

307 acerca da Resolução nº 91, de 13 de abril de 2017. O Sr. Noquelli informou ao Pleno que
308 essa Resolução alterou o artigo 2º da Resolução nº 61 de 05 de dezembro de 2013, que
309 disciplinava que “Havendo outra fonte alternativa de recursos hídricos, não será permitido
310 a utilização de água subterrânea para irrigação.”. Em razão da demanda de vários
311 empreendedores dentro da SEMA, que demonstraram a inviabilidade ambiental da
312 utilização da água superficial em detrimento da água subterrânea, em alguns casos. A
313 Secretaria Executiva do CEHIDRO, à época, fez uma proposta e encaminhou para
314 apreciação da Plenária do CEHIDRO. Sugerindo a seguinte redação de alteração do artigo
315 2º da Resolução nº 61, “Havendo uma fonte alternativa de recursos hídricos que tenha
316 viabilidade técnica e ambiental, não será permitido à utilização de água subterrânea para
317 irrigação.”. No entanto, a Plenária alterou a proposta da Secretária Executiva, aprovando a
318 seguinte redação “Havendo uma fonte alternativa de recursos hídricos que tenha viabilidade
319 técnica, econômica e ambiental, não será permitido à utilização de água subterrânea para
320 irrigação”. Com relação a isso, a Secretaria Executiva do CEHIDRO, recebeu Notificação
321 Recomendatória nº 002/2020 – 15ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa do Meio
322 Ambiente Natural da Capital, assinado pela Promotora de Justiça Ana Luiza Peterlini de
323 Souza, requerendo a revogação da Resolução CEHIDRO nº 91/2017, ripristinando a
324 Resolução CEHIDRO nº 61/2013 ou a alteração no texto da Resolução CEHIDRO nº
325 91/2017, mediante a supressão do termo “econômica”, devendo, neste último caso,
326 estabelecer critérios para análise do órgão ambiental sobre o prisma da inviabilidade
327 técnica e ambiental da fonte alternativa de recursos hídricos. Diante disso, a Secretaria
328 Executiva trouxe para discussão da Plenária a Resolução nº 91, conforme solicitado na
329 mencionada Notificação Recomendatória. Destaca ainda que, a Secretária Executiva do
330 CEHIDRO, requereu ao setor técnico da SEMA, posicionamento quanto aos termos da
331 Notificação Recomendatória nº 002/2020, que emitiu parecer favorável a alteração no texto
332 da Resolução CEHIDRO nº 91/2017, mediante a supressão do termo “econômica”,
333 conforme se verifica no Documento emitido pela Coordenadoria de Controle de Recursos
334 Hídricos - CCRH, encaminhado aos Conselheiros. Tendo em vista que, hoje os
335 empreendimentos estão desconsiderando a viabilidade técnica e ambiental, e estão se
336 baseando apenas nos critérios econômicos. Diante do exposto compete ao Conselho Pleno
337 a discussão dos termos apresentados na Notificação Recomendatória nº 002/2020 – 15ª
338 Promotoria de Justiça Cível de Defesa do Meio Ambiente Natural da Capital. A conselheira,
339 Alessandra Panizi, representante da OAB, pede a palavra. Pergunta se a Secretaria
340 Executiva encaminhou esse documento para o Pleno para a Resolução ser revoga, não



341 revogada, é para fazer o que. O Sr. Noquelli responde que trouxe essa questão para ser
342 apreciada e discutida pelo Conselho Pleno, conforme solicitado pela Promotoria de Justiça,
343 uma vez que a decisão é do Conselho. A conselheira, Alessandra Panizi, sugeriu que o
344 CEHIDRO convide o Ministério Público, para que este defenda seu posicionamento diante
345 de todos os Conselheiros. Falou se sentir indignada, pois o Conselho se reuniu, deliberou
346 e aprovou a Resolução nº 91/2017, aí vem a Promotora de Justiça, uma única pessoa, que
347 seja dentro de um núcleo, com todo respeito, e simplesmente determina, porque ela não
348 está aqui pedindo para que se faça uma discussão, uma análise. Ela está determinando
349 que a gente altere isso. E eu vou dizer o seguinte, eu acho que temos que colocar ela em
350 uma videoconferência conosco. Vamos ouvi-la, vamos nos posicionar, ela precisa ouvir o
351 nosso lado também. Porque sabe o que vai acontecer gente, quando nós discutimos a
352 Resolução 64 da ANA, que era a Resolução 113 no início do ano passado, e o CEHIDRO
353 foi lá e não aprovou a Resolução, ou seja, ele respondeu a sociedade dizendo: eu não
354 quero sobrestar os processos de licenciamento, na verdade era de emissão de outorga e
355 de DRDH, para empreendimento hidrelétrico independente do potencial, na bacia
356 hidrográfica do Paraguai. A SEMA não conseguiu resolver o problema, porque ele tinha
357 uma Notificação Recomendatória dizendo que essa Resolução não tinha sido votada, e que
358 ela podia mesmo assim considerar, ou seja, o Ministério Público desrespeitou por completo
359 a decisão do CEHIDRO. E eu vou mais longe, isso tem Mandado de Segurança que nós
360 propusemos de forma coletiva, em que nós estamos questionando como é que o Ministério
361 Público, em uma única decisão recomenda e o CEHIDRO que é parte integrante da
362 sociedade, é composto de pessoas representantes da sociedade, tinha decidido de forma
363 diferente. Bem, a SEMA vem e responde nesse Mandado de Segurança, dizendo que ela
364 não iria fazer as análises de DRDH, nem de outorga, não pela recomendação e nem pela
365 Resolução que não tinha sido aprovada, mas porque ela entendia que precisava de um
366 estudo da ANA, essa foi a resposta que fez com que o juiz não deferisse a liminar, nós
367 agravamos dessa decisão, aí veio o COVID e nós estamos nessa história aí. Enfim, o que
368 eu quero dizer é o seguinte, a gente tem que chamar o Ministério Público para que ele ouça
369 a todos nós, para ele entender porque a gente aprovou uma Resolução como essa. Porque
370 do contrário nós vamos manter essa Resolução ou não, aliás, se nós não mantivermos ele
371 vai ficar tranquilo, mas se nós mantivermos essa decisão ele não vai acatar e aí ele vai
372 fazer uma nova Notificação Recomendatória para a SEMA, para que a SEMA não acate
373 essa Resolução, e sabe o que a SEMA vai fazer, não vai acatar. Ela vai simplesmente
374 desconsiderar, por que? Porque se não ele põe um parágrafo lá em baixo, dizendo que ele



375 vai processar individualmente os técnicos que assinarem. Então, eu acho que está na hora
376 do Ministério Público dar as caras aqui neste Conselho. Ele não precisa ser membro, a
377 gente faz um convite, escuta e ao final a gente vota na próxima reunião. O Sr. Noquelli
378 então pergunta a conselheira Alessandra Panizi, se a sua sugestão é que a Secretaria
379 Executiva do CEHIDRO encaminhe ofício ao Ministério Público falando que o tema foi
380 apresentado ao Conselho, mas para que o mesmo se posicione, solicitam uma
381 apresentação, ou uma defesa, não sei o termo que a gente fala, em relação a Notificação
382 Recomendatória nº 002/2020, é isso? . A conselheira Alessandra Panizi, afirma que sim. É
383 essa a sua sugestão. Destaca que não vai ser uma reunião extraordinária não, porque não
384 tem que ter reunião extraordinária para ouvir Ministério Público. O Sr. Noquelli, pergunta se
385 todos os conselheiros concordam com essa sugestão. O conselheiro Augusto Cesar,
386 representante do IBAMA, pede a palavra. Disse inicialmente concordar com chamar o
387 Ministério Público para ser ouvido, mas embora não tenha participado das outras reuniões
388 em que tenha sido formulada essa resolução, já me manifesto que me parece bastante
389 plausível a recomendação do Ministério Público no sentido de que eu permitir a exploração
390 de água subterrânea quando eu tenho a possibilidade de outro meio de água superficial, eu
391 estou dificultando a recarga. A água do aquífero vai para abastecer a água superficial. Eu
392 não participei da discussão que gerou essa Resolução que o Ministério Público pede, mas
393 gostaria de deixar minha manifestação de que me parece bastante sensato isso, de se eu
394 tenho um corpo hídrico, se eu tenho um rio ou um córrego, ou alguma coisa assim, eu não
395 utilize de água subterrânea. Na sequência, o conselheiro José Roberto, representante da
396 ABAS, se manifestou. Disse que gostaria de pontuar que a água superficial representa aí
397 em nível de planeta, em torno de 2% da água disponível para consumo humano, enquanto
398 que a água subterrânea representa um estoque de 98% da água que está disponível para
399 consumo. Então este fato de que a água subterrânea ela vai alimentar os rios é um mito né,
400 tem partes que sim, mas o estoque da água subterrânea não é somente para isso. O
401 estoque de água subterrânea, como é uma água renovável, ela tem que ser entendida como
402 um suplemento de água para atender qualquer fim, desde que haja o entendimento de
403 como está o aquífero. Essa Resolução de 2017, a gente participou e eu me lembro muito
404 bem que foi incluído a questão econômica, porque você tem muitas vezes aí uma água
405 superficial que está muito distante do empreendimento e você teria um impacto ambiental,
406 para desmatar, para se chegar no rio mais próximo. E também temos a questão econômica,
407 nós não podemos esquecer que os empreendimentos visam o desenvolvimento do Estado.
408 E conseguinte um componente social muito importante que tem que ser considerado. Por



409 isso que foi introduzido a questão econômica. Eu sou totalmente contra essa Notificação
410 do Ministério Público, nós estamos tendo vários embates aí, a Lilian está acompanhando
411 de perto isso, onde você tem muita restrição de investimentos porque se entende que não
412 se pode usar água subterrânea e aqui foi falado antes, agora a pouco, que nós não temos
413 nenhum entendimento dos aquíferos aqui, não existe um estudo hidrogeológico no Estado
414 Mato Grosso, para falar se pode ou não retirar água. Esse é outro mito que existe no Estado,
415 por que eu não posso explorar a água subterrânea?. Então tem que haver um entendimento
416 maior de todos, inclusive do Ministério Público, que o estoque de água subterrânea é muito,
417 é infinitamente maior que a água superficial, apenas não é vista. Mas essa realidade que é
418 considerada em todo o mundo, a água subterrânea é uma alavanca para o
419 desenvolvimento, desde que bem utilizada. Então eu sou totalmente contra, concordo com
420 a Alessandra, que o Ministério Público quer meter o bedelho onde não tem nenhum
421 entendimento as vezes, e fica criando dificuldades e restrições para o funcionamento do
422 Estado. A conselheira Sara Suely, representante da ABES, pediu a palavra. Disse
423 concordar com a conselheira Alessandra, porque a gente estuda bastante, demora bastante
424 em uma série de estudos e avaliações nas reuniões, e aí a gente chega num consenso e o
425 Ministério Público está dando sempre a última carta, e aí a gente fica, a parte técnica um
426 pouco esquecida, eu acho que o Ministério Público tem que ouvir a parte técnica. Concordo
427 também com o José Roberto. Nós temos que ouvir, não é que nós vamos fazer a tortos e
428 direitas a perfuração de poços não, mas tem que haver uma análise. E outra coisa, a gente
429 também tem que definir com relação a água subterrânea nesse caso, a questão de
430 monitoramento das águas e outorga, fazer tudo perfeito, para que a SEMA tenha esse
431 controle. Que as pessoas se reportem, faça toda a parte legal junto a SEMA, para que essa
432 água não seja explorada indevidamente. A Sra. Lilian, Secretária Adjunta de Licenciamento
433 Ambiental e Recursos Hídricos da SEMA, pediu a palavra. Manifestou preocupação como
434 gestora, tanto de licenciamento quanto de recursos hídricos. Nós enfrentamos algumas
435 situações as vezes, em que esse "econômica" pode significar o seguinte, existem casos em
436 que determinadas industrias, principalmente quando tem produção de alimentos, seja ele
437 para animais, ou consumo humano, nós enfrentamos a dificuldade de não poder haver
438 captação de determinados locais, de determinados rios. Então, nós temos a indústria
439 alimentícia para qualquer fim, ela tem essa limitação e essa é uma limitação econômica, e
440 nós precisamos nos preocupar com isso também. Eu acho que nós precisamos amadurecer
441 um pouco mais essa discussão, a questão de chamar o Ministério Público eu acho muito
442 salutar, até porque o que eles fazem é uma recomendação, não somos obrigados a aceitar.



443 Mas eu acho que vale a pena colocar todos os interessados nessa discussão porque nós
444 temos que pensar sim na área ambiental, na parte econômica não dá para desvencilhar
445 uma da outra. Eu só queria acrescentar essa questão das indústrias alimentícias na
446 discussão também. A Sra. Ingrid Leite, representante dos CBH, pede a palavra. Disse se
447 sentir contemplada na fala de se chamar o Ministério Público. E se possível, há membros
448 do Fórum Estadual dizendo que não estão conseguindo colocar sugestões no chat do
449 YouTube, não estão conseguindo participar. Então, essa reunião sendo aberta, uma
450 reunião da sociedade, mesmo que a pessoa externa não possa votar, ela pode falar. Então
451 gostaria de deixar registrado. E afirmar novamente que concordo que a Promotora venha
452 apresentar e que nós possamos discutir melhor esse fato, porque eu também sou a favor
453 da sugestão que ela fez, e gostaria que ela colocasse aqui, para que a gente amadureça
454 melhor essa ideia e cheguemos a um ponto comum a todos. O Sr. Noquelli informou que
455 por razões técnicas as pessoas não estão conseguindo fazer comentários no YouTube,
456 mas que a equipe técnica da SEMA já está tentando solucionar esse problema. Após, o
457 conselheiro José Roberto, representante da ABAS, pediu a palavra. Disse que pelos
458 comentários anteriores, nenhum dos conselheiros é obrigado a ter bastante conhecimento
459 sobre água subterrânea que é uma coisa muito específica. Eu acho que seria oportuno
460 Noquelli, em uma oportunidade aí, alguém trazer algumas questões de conhecimentos
461 gerais sobre águas subterrâneas tanto de consumo no Brasil como no mundo. Porque as
462 vezes eu vejo que existe um cuidado muito grande em se usar água subterrânea e que na
463 verdade isso não é verdade. Nós devemos sim usar água subterrânea que ela está aí para
464 isso, ela existe em abundancia, muito maior que a água superficial, embora sejam a mesma
465 água, porém a ocorrência é diferente. E também a qualidade da água subterrânea é
466 incomparavelmente melhor. Então, tem enormes vantagens e a preocupação,
467 principalmente do Ministério Público, de que a água subterrânea é muito vulnerável. Eu
468 acho que se precisa conhecer melhor, eu acho oportuno, se pudesse ter uma palestra de
469 15 ou 20 minutos, para se trazer mais informações sobre essa questão da água
470 subterrânea. A ABAS tem condições de fazer uma apresentação, se houver um convite,
471 para que esse conhecimento seja disseminado para todos os conselheiros, para que todos
472 possam ter maiores condições de votar assuntos relacionados a água subterrânea. O Sr.
473 Noquelli disse que a fala do Sr. José Roberto só veio a complementar a necessidade do
474 estudo hidrogeológico. Só um estudo hidrogeológico nos permitirá dizer se há ou não uma
475 interferência de uma determinada retirada de água. Eu concordo que a gente precisa de
476 um estudo hidrogeológico, porque trata-se a água subterrânea como reserva estratégica,



477 porque nós, sociedade como um todo, poluímos os rios que conseguimos ver, viramos as
478 costas para os mananciais superficiais e estamos esgotando a água subterrânea. Então,
479 nós temos a visão de que o Estado de Mato Grosso, realmente precisa de um estudo
480 hidrogeológico, para que a gente consiga efetivar a outorga de disponibilidade e demanda
481 de uma forma bem realista. O conselheiro Álvaro Fernando, representante da FIEMT, pediu
482 a palavra. Disse que já faz algum tempo que estamos vivendo essa questão de poços
483 artesianos. Temos o TAC em andamento, que por algum motivo ainda não foi para a fase
484 final. Eu concordo com todas as falas que foram ditas aí, mas tem uma coisa que nós
485 precisamos pontuar é que a SEMA já concordou com isso, pelo menos um técnico da SEMA
486 já concordou com isso. Muitos assuntos, muitos inquéritos do Ministério Público surgem,
487 mas a gente não sabe a base científica, a base técnica, que lastreia essa convicção da
488 nossa Promotora em solicitar a retirada da parte econômica. Não há nenhuma possibilidade
489 para um empreendedor, por menor que seja o seu investimento, de não considerar os três
490 critérios. Não existe nenhum estudo confiável quando não se olha a parte ambiental, a parte
491 econômica e a parte técnica. Então, eu gostaria de sugerir que você Noquelli, dentro da sua
492 superintendência nos desse algum tipo de informação que pudesse também formar uma
493 convicção, assim como a Promotora criou. Ela está dizendo que todas as outorgas agora
494 são fundamentadas na questão econômica, eu entendo que é importante. E eu tenho aqui
495 um parecer, de 19 de maio, já concordando com essa Notificação Recomendatória. Então,
496 a minha sugestão é que a gente faça um levantamento, um estudo para ver se esse
497 sentimento procede ou se há algum tipo de questão técnica que embase isso aí. Quanto
498 ao estudo hidrogeológico, eu fiz um levantamento da baixada cuiabana, um orçamento e
499 ele é exige um volume muito grande de recursos para ser realizado. E eu imagino que para
500 o Estado de Mato Grosso deve ser assim algumas vezes maior e eu torço muito para que
501 a ANA realmente olhe com bons olhos e invista. Para acabar com essa discussão aqui, que
502 muitas vezes a gente se depara com surpresa. Para nós que somos investidores fica um
503 pouco complicado, uma hora é uma regra aí vem outra, dizendo que não é mais assim,
504 agora é assim. Então, a minha sugestão, para finalizar, é que a SEMA nos informe se
505 realmente existe essa linha de análise técnica que é só pela parte econômica, acredito que
506 não. E que a Promotora também nos diga a respeito da sua convicção. A conselheira Inês
507 Martins, representante da ÁGUAS CUIABÁ pede a palavra. Disse também não ter
508 participado da discussão em 2017, quando foi aprovada essa Resolução. Mas o que a gente
509 vê, ele tem toda razão dessa colocação, o Álvaro, porque você não pode fazer um projeto
510 de empreendimento sem ter o tripé econômico. Acho que é uma insensatez, mas também

511 não pode ser uma coisa que predomine sobre as outras situações. Então eu acho que está
512 faltando, talvez seja um estabelecimento de critérios. Que critérios mais detalhados podem
513 ser acrescentados nisso. Então para isso acho que era bom ouvir a Promotora, ver o que
514 ela tem a colocar, a gente apresentar as argumentações também, e quem sabe a gente
515 chegue num ponto de equilíbrio, onde há lugares que não tem outra opção e tem que ser
516 água subterrânea mesmo, mas fazer essa definição com maior clareza e estudos. O Sr.
517 Noquelli informa que o chat do YouTube já está funcionando. Talvez a gente não consiga
518 responder a todos, mas fica gravado e em um momento oportuno a gente se reporta a isso.
519 A conselheira Alessandra Panizi, representante da OAB pede a palavra. Eu acho que a
520 gente concorda ou não em fazer o convite porque eu acho que é uma discussão muito rica
521 e a gente ainda nem começou e já se vê que vários pontos importantes. Lembrando que a
522 Resolução que está vigente hoje, ela não fala só de economia, fala de questões ambientais,
523 sociais, econômicas. Que é o tripé que todo mundo usa, em qualquer lugar do mundo.
524 Enfim, não dá para ser só um ponto ali o que está dizendo. Mas eu sugiro que a gente
525 coloque em votação e estejamos mais preparados ainda do que estamos hoje para quando
526 o Ministério Público estiver aqui. E quem sabe alguém, representante do MP venha, porque
527 nós convidamos Dr. Gerson diversas vezes e ele nunca veio falar do TAC, mas pediu a
528 exigência dos efeitos, que hoje estão suspensos via liminar. A conselheira Laura Garcia,
529 representante da FAMATO pede a palavra. Diz concordar com a Alessandra e com tudo
530 que foi dito, e concordo com o Álvaro também. Eu acho que seria muito importante, por
531 mais que possa ser batido para alguns, eu acho que seria legal alguém da SEMA fazer
532 algum tipo de esclarecimento, como é feito esse monitoramento. Porque a gente tem as
533 águas superficiais tem o SIMLAM né, e aí a subterrânea não tem na hora da outorga. Então
534 só para deixar esclarecido, para o Ministério Público não falar a SEMA falar como é feito os
535 procedimentos para a gente ter uma maior riqueza de detalhes para complementar a
536 discussão. Eu acho que é muito válido a SEMA se posicionar nesse sentido. O Sr. Noquelli
537 disse que para questão de encaminhamento se faz necessário colocar em votação a
538 sugestão da conselheira Alessandra, de encaminhar um documento ao Ministério Público,
539 solicitando que o mesmo venha defender, ou venha apresentar a sua justificativa na
540 próxima reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Todos os conselheiros
541 concordaram com o encaminhamento. Após, o Sr. Noquelli argumentou que quanto a fala
542 da conselheira Laura, nós temos um documento feito pelo corpo técnico da SEMA, pelo
543 setor de outorga e nós vamos pedir para que seja melhorado e sim a gente apresenta a
544 versão no dia da reunião como é feito a outorga de água subterrânea no Estado de Mato

545 Grosso. O conselheiro Marcelus Mesquita, representante do SINDENERGIA pede a
546 palavra. Disse concordar com o que a Dra. Alessandra colocou, a necessidade de maior
547 detalhamento por parte do Ministério Público a razão de se excluir o que já foi decidido, nós
548 já temos experiência como SINDENERGIA os seus associados empreendedores no ramo
549 de geração de energia, impedimentos que trouxeram prejuízo para todo o nosso setor e
550 nós estamos repetindo isso quando nós naturalmente nós votarmos a manutenção da
551 Resolução vir uma nota técnica não ao empreendedor, não ao sistema produtivo, não
552 aqueles que interessam no progresso porque todos cumprem a lei e nenhuma vez a SEMA
553 foi negligente em entregar licença, mas vão impedir que os técnicos assinem. Então é
554 importante que venham, a colocação que foi pedida também e que o Roberto se dispôs a
555 colocar um técnico para fazer uma pequena apresentação em conjunto com a Promotora,
556 no dia em que for a nossa próxima reunião se eles concordarem em vir. Senão, de imediato
557 na próxima reunião nós já poderíamos colocar em votação e decidir o que o Concelho
558 entende que é razoável. Essa de excluir por ofício Resoluções aprovadas pelo CEHIDRO
559 eu creio que nós estamos sendo diminuídos, e essa a minha visão. O conselheiro Ibraim,
560 representante da UFMT pede a palavra. Disse que achar que a nota técnica colocada pela
561 SEMA é bastante clara é isso que é um ponto que tem que ser bastante debatido dentro do
562 órgão e nesse caso aqui o Conselho, que é a consideração sobre o uso dessa água. A
563 gente tem que analisar isso não só pelo viés econômico. Está bastante claro ali que o que
564 está pesando na tomada de decisão, e que recursos estão sendo pesados a apenas um
565 dos aspectos, que são critérios econômicos. O que vale, e eu aceito as considerações que
566 são colocadas ali é que sejam criados critérios objetivos que os campos da sustentabilidade
567 sejam ponderados no momento da emissão. Eu concordo que a água subterrânea é
568 estratégica para a gestão de recursos hídricos ela tem que ter considerações na hora de
569 seu uso, lembrando que o funcionamento da dinâmica hidrológica tem uma relação com a
570 água subterrânea, e as águas subterrâneas que mantem os corpos hídricos no momento
571 de estiagem. Então no período de estiagem os rios não secam devido a água subterrânea.
572 A super exploração sem os devidos estudos da água subterrânea vai ter um reflexo a longo
573 prazo, já que a dinâmica hidrogeológica tem um tempo de resposta diferente da dinâmica
574 superficial. Então um efeito que a gente vai causar agora a gente vai sentir no futuro.
575 Existem aquíferos que estão ali a milhões de anos, que são águas que os dinossauros
576 beberam, e o tempo de renovação dessa água é muito lenta. Eu concordo com a ABAS
577 nessa questão, os estudos hidrogeológicos tem que ser feitos, e até então, desde que
578 tenham a sustentação técnica, a exploração tem que ser olhada com bastante cuidado até

579 que estudos técnicos avaliem esse efeito principalmente na água superficial para um futuro
580 de longo a médio prazo. A conselheira Alessandra Panizi, representante da OAB pede a
581 palavra. Diz que olhando mais atentamente a Notificação Recomendatória do Ministério
582 Público ao final ela, essa notificação é de maio, mas não sei quando vocês receberam, ela
583 diz que vocês tem quinze dias para tomar providências sobre isso sob pena dela tomar as
584 providências legais dela. Para mim, no ofício que você vai fazer de convite tem que
585 responder também que, eu até gostaria de colocar em votação isso, que ela precisa
586 respeitar a autonomia que o CEHIDRO tem. E que o Conselho tem uma data de reunião,
587 que ainda que a gente esteja nessa situação de COVID, e que algumas reuniões foram
588 canceladas. Existe um calendário a ser respeitado e esse calendário, normalmente, as
589 reuniões são de sessenta em sessenta dias. Porque eu quero saber de novo, porque o
590 Ministério Público é mais importante do que qualquer um deste Conselho hoje, e que ele
591 possa exigir que a gente tenha uma reunião extraordinária para definir uma situação como
592 a dele. Porque se vocês receberam essa notificação a tempos atrás, vocês estão totalmente
593 fora do prazo concedido por eles. O Sr. Noquelli informou que quando nós recebemos, nós
594 encaminhamos um ofício da Secretaria Executiva do Conselho, informando ao Ministério
595 Público que a nossa reunião seria hoje e que a gente estaria apresentando isso para vocês
596 hoje. Então nós já respondemos isso para o Ministério Público. Quanto a legalidade está
597 ok, porque é o seguinte, o que ela pediu foi que a gente trouxesse isso para o Conselho.
598 Então, nós respondemos beleza, a Secretaria Executiva vai encaminhar ao Conselho na
599 data tal. Então, isso está junto ao Ministério Público efetivado através de um ofício, inclusive
600 com o recebimento do Ministério Público. A conselheira Alessandra Panizi, pediu então que
601 a Secretaria Executiva na medida em que for informando, que se coloque aqui para gente
602 também a maior transparência possível, porque senão eu acabo fazendo uma análise com
603 base em omissões, não de omissão no sentido pejorativo, mas aquilo que eu não tenho
604 conhecimento eu faço uma análise do que eu tenho. A conselheira Inês, representante da
605 ÁGUAS CUIABÁ pede a palavra. Diz que acha importante que se defina se vamos convidar
606 o Ministério Público, e também na questão de manter a Resolução. A resolução foi votada,
607 ela está em vigor, então colocar para ela a importância do esclarecimento junto a eles. Não
608 está decidido, mas eu acho que você já pode argumentar nesse encaminhamento. A
609 resolução foi montada, existem processos que foram definidos dessa forma e qualquer
610 coisa que ela mandar suprimir, você passa a ficar numa posição também de ilegalidade nos
611 processos que ocorreram. Então eu acho que precisava realmente esclarecer, ou já propor,
612 podemos aprimorar esses critérios a serem definidos e gostaríamos de contar com a

613 contribuição de vocês. Vai ter que abrir, porque a gente sabe como eles funcionam. Então
614 nós temos que nos posicionar, mas também ouvindo para que o conselho possa tomar uma
615 decisão mais definitiva. O Sr. Noquelli direcionando a fala a conselheira Alessandra Panizi,
616 respondeu que achou que a Secretaria Executiva tinha encaminhado o ofício nº
617 04/CEHIDRO/2020 enviado ao Ministério Público, para conhecimento dos conselheiros,
618 mas já que não foi encaminhado, fez a leitura do ofício. Se comprometeu a enviar o ofício
619 nº 04/CEHIDRO/2020, a todos os conselheiros, já que foi uma falha da Secretaria
620 Executiva, de não estar informando sobre isso. Perguntou ao Pleno se a sugestão de
621 encaminhar ofício ao Ministério Público o convidando para participar da próxima reunião do
622 CEHIDRO está decidido. Os conselheiros responderam que sim. O conselheiro José
623 Roberto, representante da ABAS, pede a palavra. Disse que a fala do conselheiro Marcelus
624 praticamente resumiu o que iria comentar. Eu acho que o CEHIDRO tem que ter uma
625 importância aí, que parece que o Ministério Público não está entendendo, qual é a
626 autoridade que eles tem de vir aqui e sugerir uma mudança de uma resolução que foi
627 amplamente discutida. Mas enfim, temos que tratar com cuidado disso, a gente sabe que
628 eles causam terror no órgão ambiental, essa é a realidade. Mas a gente não pode se
629 amedrontar, temos que defender de uma forma inteligente tudo isso que está sendo
630 colocado aí. Eu mantenho a minha posição de trazer um técnico aí na próxima reunião
631 para tentar colocar um pouca mais de conhecimento aí para todos do que significa a água
632 subterrânea, o uso da água subterrânea no Brasil e no mundo, a importância de um recurso
633 estratégico, é um recurso que precisa ser utilizado, e pode ser utilizado com segurança, só
634 precisamos conhecer melhor. O Sr. Noquelli diz ao conselheiro José Roberto, que ele pode
635 estar fazendo esse convite. Eu acho que a gente pode abrir na próxima reunião uns 30
636 minutos para um técnico fazer essa apresentação. A Secretária Executiva vai encaminhar
637 para você fazer os tramites de convite, ou você pode estar indicando a pessoa. Então a
638 gente aguarda o seu contato. O Sr. José Roberto pede a palavra para fazer um depoimento.
639 Diz que a SEMA não usa exclusivamente os critérios econômicos para analisar os
640 processos, temos vários embates nesse sentido. Então isso aí não é verdade, que os
641 critérios de outorga são puramente econômicos. Isso está totalmente equivocado, e nós
642 somos testemunhas disso. O conselheiro Ibraim, representante da UFMT ressalta que não
643 é isso que está escrito na nota técnica encaminhada. Na sequência, passou-se ao último
644 item da pauta, os informes. CBH Rio Jauru decide prorrogar o mandato da atual gestão da
645 diretoria do CBH pelo período de um ano – Resolução nº 007/2020, publicada em
646 30/06/2020. CBH Sepotuba decide prorrogar o mandato da atual diretoria pelo período de



647 120 (cento e vinte) dias – Resolução nº 016 de 22 de junho de 2020, publicada em
648 02/07/2020. Estudos de Avaliação dos efeitos de Implantação de Empreendimentos
649 Hidrelétricos na Região Hidrográfica do Paraguai. O Sr. Noquelli diz que tivemos várias
650 reuniões, vários encaminhamentos que aconteceram nesse viés. Recebemos nessa
651 semana uma nota técnica da ANA, todos os estudos já foram finalizados, será encaminhado
652 para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH na próxima reunião, que está
653 agendada, se não me engano, para agosto. A avaliação, o posicionamento do CNRH em
654 relação esse estudo de empreendimentos energéticos na BAP. O documento que chegou
655 para nós da SEMA, foi o documento onde a ANA não tem atribuição para a parte ambiental.
656 Então o que a ANA vai fazer para rios de domínio da União. Ela vai pedir que o
657 empreendedor entre em contato com o órgão ambiental e que o órgão ambiental se
658 manifeste em dizer se o empreendimento vai interferir ou não na locomoção dos peixes e
659 tal. Isso é determinação da ANA, com relação aos rios de domínio da União. Nós discutimos
660 tecnicamente dentro da superintendência de recursos hídricos que não cabe a
661 superintendência de recursos hídricos determinar se empreendimento X ou Y, pode ou não
662 implantar o empreendimento hidrelétrico. O setor de recursos hídricos tem a atribuição de
663 dizer se temos água ou não. Se o empreendimento terá ou não água de acordo com a
664 disponibilidade hídrica. Então, a Superintendência de Recursos Hídricos vai trabalhar
665 dessa forma, nós estamos dando prioridade aqueles que já foram liberados nas notas
666 técnicas. Então vai ser passado para o licenciamento, isso é uma questão interna. Então é
667 lá no licenciamento que vai dizer se tem ou não interferência. Esse é o procedimento
668 pactuado entre as duas superintendências diretamente envolvidas com essa questão.
669 Então o sobrestamento não existe mais mesmo, e os processos estão sendo analisados de
670 DRDH e outorgas na região da BAP. A conselheira Alessandra Panizi pede a palavra.
671 Pergunta como é que fica a notificação recomendatória nº 001/2018 do Ministério Público.
672 O Sr. Noquelli responde que foi feito um questionamento ao jurídico da SEMA e ele
673 respondeu que como já houve a liberação do sobrestamento em razão da não mais validade
674 da resolução nº 64 da ANA. A conselheira Alessandra Panizi pergunta se o Sr. Noquelli tem
675 esse documento. O Sr. Noquelli informa que sim, porém, foi solicitado que fosse feito uma
676 adequação na redação, e isso está sendo providenciado. A conselheira Alessandra Panizi
677 pergunta desde quando isso. Porque eu tenho um empreendedor e em 24 de junho ele
678 recebeu uma informação dizendo que talvez a área dele estivesse dentro dos estudos
679 parciais da ANA, que ele teria que verificar isso, e disse mais ainda, que ainda que fosse
680 verificado não teria como fazer essa análise por causa da notificação recomendatória. O

681 Sr. Noquelli respondeu que o assessor jurídico da SEMA vai realizar algumas adequações.
682 Porque na verdade os estudos da ANA não finalizaram, e não vai finalizar esse ano. Porque
683 ainda vai ser apresentado para o CNRH. Mas todos os estudos que envolvem a P1, P2, P3,
684 P4, P5, P6 e P7 estão finalizados. O que não está finalizado é o volume do documento,
685 então subentendesse que os estudos já foram entregues para nós. A secretária Lilian
686 Ferreira pede a palavra. Diz que é isso mesmo que o Noquelli já explicou. Esse documento
687 Alessandra que foi recebido pelo empreendedor, mas ele pode ter sido emitido antes de
688 termos feito esse alinhamento com o jurídico e todos nós aqui da Secretaria. Então na
689 verdade é aquilo que o Noquelli já explicou, a Notificação Recomendatória ela era para que
690 aguardássemos a finalização dos estudos, e isso já aconteceu. Essa parte dos estudos já
691 foram finalizados, nós já temos os resultados. Embora ainda tenha que passar pelo CNRH,
692 já foi repassado a nós esses estudos. Então a notificação recomendatória já perdeu o
693 objeto. A conselheira Alessandra Panizi disse que, então eu posso em tese, se me
694 perguntarem, eu vou pedir para eles refazerem esse e-mail, pedir novamente para que
695 vocês digam que está ok, que eles vão fazer o procedimento normal, corriqueiro dentro do
696 órgão, correto?. A secretária Lilian Ferreira diz que sim, na verdade a resposta é que todos
697 os processos de DRDH voltaram a ser analisados. A conselheira Alessandra Panizi
698 pergunta se não há restrições, nem exceções, sem nada né?. A secretária Lilian Ferreira
699 responde que sim, sem restrições. O Sr. Noquelli diz que sem restrições dentro dos padrões
700 a serem seguidos. A conselheira Alessandra Panizi argumenta que sim, não estou dizendo
701 a parte técnica, não estou falando de roteiros, nada disso. Estava me referindo ao que
702 estava impedindo de forma real que vocês não pudessem sequer acessar esses processos.
703 A secretária Lilian Ferreira diz que, na verdade agora nós vamos passar para uma outra
704 fase, que é a análise técnica conjugada entre aquilo que foi levantado nos estudos, o que
705 temos nos processos e aí tomar as nossas decisões. Agora, a fase de sobrestamento já
706 acabou. O conselheiro Ibraim, da UFMT pede a palavra. A linha, assim como a atribuição
707 do conselheiro era importante dar ampla visibilidade a esses estudos, inclusive poderia
708 solicitar para que a ANA viesse até o Conselho para que fizesse uma apresentação dos
709 resultados, já que foi houve toda essa discussão. Para ter amplo conhecimento entre os
710 conselheiros. Eu gostaria que avaliassem essa recomendação para a próxima reunião. A
711 secretária Lilian Ferreira diz que está de acordo, podemos falar com a ANA em relação a
712 isso. O conselheiro Marcelus Mesquita, da SINDENERGIA pede a palavra. Diz que gostaria
713 de fazer uma colocação sobre o pedido do professor Ibraim. Me parece que a ANA já tem
714 essas audiências para a apresentação, então eu vejo que é desnecessária a presença



715 deles já que vão fazer a audiência pública para essa apresentação. O conselheiro Ibraim
716 diz que considerando que nós temos um Conselho único e dada a importância do assunto
717 e muitas vezes os conselheiros não conseguem fazer o acompanhamento, e dado o papel
718 nosso de monitoramento e acompanhamento dos recursos hídricos que dizem respeito ao
719 Estado de Mato Grosso eu acho de extrema importância que os resultados sejam de amplo
720 conhecimento e apresentados aqui no Conselho. O Sr. Noquelli disse que de repente, na
721 próxima reunião, que ocorrerá apenas em setembro, acredito que esse tempo seja muito
722 longo. E lembrando que a ANA tem a jurisdição sobre os rios de domínio da União, federais.
723 E os nossos são estaduais, o que eu acho que é interessante então, nós temos todas as
724 notas técnicas e a gente pode disponibilizar aos conselheiros. Aquelas que liberaram
725 parcialmente e essa última nota técnica, serão encaminhadas ao Conselho, uma vez que
726 ali está explicado como foi finalizado esse processo. O conselheiro Ibraim diz que acha que
727 entregar um monte de documento muito específico para um grupo tão eclético, sem o devido
728 respaldo técnico para eventuais questionamentos, seria um pouco preocupante. Eu acho
729 importante que sejam apresentados, aberto para discussão e depois para debate dentro do
730 Conselho. Acho que é muito importante para conhecimento de todos e também para que
731 dúvidas sejam sanadas, e questionamentos sejam feitos. Acho pouco provável que, são
732 mais de cem mil páginas, não sei quantas mil páginas, que os conselheiros vão ler elas por
733 elas de um documento consistente para ser apresentado. O Sr. Noquelli diz que então a
734 SEMA, o CEHIDRO vai convidar a ANA para fazer uma apresentação na próxima reunião
735 do Conselho, que acontecerá em setembro. A conselheira Inês, da ÁGUAS CUIABÁ sugere
736 uma reunião extraordinária, ou uma live para essa apresentação. O Sr. Noquelli pergunta
737 se alguém gostaria de repassar algum informe. O conselheiro Álvaro Cicero, da FIEMT diz
738 concordar com o professor Ibraim, do alto nível técnico do estudo, mas é muito interessante
739 a gente receber. Nós como Federação das Indústrias podemos buscar especialistas para
740 que a gente possa abrir uma discussão técnica aqui e quando vier a apresentação da ANA
741 a gente já esteja bem mais preparado para poder debater com eles. Então eu defendo que
742 deve ser enviado todas as notas técnicas. A secretária Lilian Ferreira, diz que então vamos
743 fazer isso. A secretária do CEHIDRO envia para todos os conselheiros as notas técnicas e
744 nós fazemos o convite a ANA, uma coisa não exclui a outra, podemos fazer as duas. O Sr.
745 Noquelli diz que faremos isso então. A conselheira Alessandra Panizi pergunta se seria
746 possível uma nota da SEMA dizendo que a SEMA retomou os trabalhos de análise dos
747 processos de DRDH e outorgas. Porque aqui dentro do CEHIDRO está gravada a conversa
748 ok, mas já pensou a gente toda vez ter que ir lá pegar essa conversa e mostrar esse áudio.

749 se tivesse uma nota como essa facilitaria. E eu digo o seguinte existiria o motivo para a
750 gente fazer o pedido de perda de objeto do Mandado de Segurança, não teria o porque a
751 gente continuar com essa situação. A conselheira Inês Martins, representante da ÁGUAS
752 CUIABÁ sugere que se faça uma nota de destaque na ata. A conselheira Sara Suely,
753 representante da ABES sugere uma publicação no site. A conselheira Alessandra Panizi,
754 diz que uma publicação no site seria ideal, mas o problema é que a ata dessa reunião será
755 publicada somente após sua aprovação na próxima reunião do CEHIDRO, em setembro. A
756 secretária Lilian Ferreira se compromete a conversar com a assessoria de imprensa da
757 SEMA, para que se faça uma reportagem, uma nota ou um comunicado fazendo essa
758 divulgação. O Sr. Leandro diz que encaminhou pelo chat o que foi mencionado
759 anteriormente, referente ao plano de trabalho dos Comitês de Bacias, para o ano de 2020
760 e também da entidade estadual. Assim como a convocatória para a sexta reunião do Fórum
761 Estadual dos Comitês no dia 20 de julho, segunda-feira às 08h. Então o link da reunião
762 assim como a convocatória foi encaminhado pelo chat. A conselheira Laura Garcia,
763 representante da FAMATO pergunta se tanto os trabalhos do Grupo de Trabalho de revisão
764 do Regimento Interno, quanto o GAE serão retomados de forma remota, ou se vai aguardar
765 retornar as atividades presenciais. O Sr. Noquelli responde que sim, nós estaremos
766 retomando os trabalhos do Grupo de Trabalho por videoconferência. E sobre o GAE, a
767 gente está finalizando a parte do prognóstico, a gente já recebeu a contribuição de vocês,
768 os técnicos envolvidos com o plano já se reuniram e a gente está finalizando o relatório. E
769 assim que finalizado a gente vai marcar uma reunião do GAE por videoconferência também.
770 A conselheira Inês Martins, representante da ÁGUAS CUIABÁ pergunta quanto a questão
771 dos poços urbanos, até o final do mês de julho a gente já tem esse relatório. O Sr. Noquelli
772 diz que não. Porque todos os geólogos que trabalham diretamente com outorga, estão
773 empenados em finalizar o passivo dos processos dentro da SEMA. Hoje nós já não temos
774 nenhum processo que nunca foi analisado, todos os processos que entraram na SEMA de
775 água subterrânea já foram analisados. Porém, a maioria consta pendências então já não é
776 mais um problema da SEMA é um problema externo. Então nós já estamos na segunda
777 análise dos processos de água subterrânea. Então a gente acredita que até o final desse
778 mês a gente consiga encaminhar bem, e encaminhando bem a gente consegue tirar um
779 técnico dá análise do processo de outorga e colocá-lo para fazer esse levantamento. Temos
780 que fazer essa articulação dentro do setor para que a gente consiga realizar esse trabalho.
781 Acredito que em agosto nós teremos esse levantamento dos poços outorgados na área
782 urbana de Cuiabá. A conselheira Alessandra Panizi, representante da OAB destaca que

783 acha as reuniões via zoom extremamente produtivas, porque cada um permanece no seu
784 espaço, não tem problema de ar condicionado, de estacionamento é muito mais prático. E
785 uma das partes que eu também achei muito interessante é o fato da gente respeitar mais
786 os diálogos. Pode observar que a gente ouviu mais, todo mundo pode falar e as vezes nas
787 reuniões presenciais tinha gente entrando no meio da reunião, e falando mais alto e assim
788 por diante. E eu achei interessante esse momento, equipe SEMA vocês estão de parabéns.
789 Eu já estou trabalhando a muito tempo de zoom, mas achei interessante a reunião do
790 CEHIDRO mais extraordinária do que ela é, e olha que eu gosto muito das reuniões do
791 CEHIDRO, eu aprendo muito. Então, parabéns e gratidão. A conselheira Adryeli Miranda,
792 representante da APROFIR pergunta se os trabalhos sobre barragens serão retomados. O
793 Sr. Noquelli informa que, nós recebemos um documento da AGU e nós já encaminhados
794 para a Subprocuradoria. Estamos aguardando uma resposta da Subprocuradoria, espero
795 que seja positivo que aí a gente já resolve. Se não for aquilo que nós estamos esperando,
796 nós vamos precisar dessa reunião sim, mas por enquanto está parte ficará em *stand by*.
797 Após, o Sr. Noquelli diz que concorda com a Alessandra, agora são 10h40min e nós
798 conseguimos finalizar uma pauta extensa. Outra vantagem é que a reunião fica gravada,
799 nos possibilitando a confecção de uma ata bem completa. E essas problemáticas de
800 internet com o tempo nós vamos melhorando, nos adaptando. A secretária Lilian Ferreira,
801 agradece a participação de todos. Concorda que esse tem sido um modelo excelente para
802 trabalharmos. Essa pandemia nos trouxe experiências novas, tenho gostado bastante
803 desse novo modelo. As vezes um pouco cansativas pelo número que você tem ao longo do
804 dia, mas elas têm funcionado muito bem. Quero agradecer a todos pela colaboração,
805 agradecer o pessoal do Noquelli, o Leandro, vocês têm se empenhado muito nos resultados
806 e para que essas reuniões continuem acontecendo normalmente. Agradeço a contribuição
807 de todos. Nada mais havendo a declarar o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli encerrou
808 a reunião às 10h41min e eu, Danielly Guia da Silva, lavrei esta ATA que será assinada pela
809 Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos –
810 CEHIDRO.

811

812

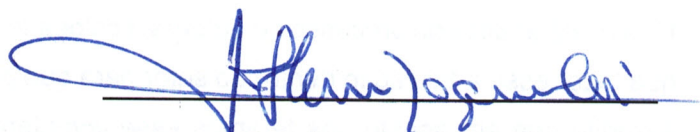
813

814

815

816 **MAUREN LAZZARETTI**

817 Presidente do CEHIDRO

813 
814 _____
815 **LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI**
816 Secretário Executivo do CEHIDRO